



PREFEITURA

**NONOAI**

GESTÃO 2021/2024

TRABALHO DE **RESULTADO** PARA SERVIR **VOCÊ**

Nonoai, 15 de janeiro de 2025.

A

Câmara de Vereadores de Nonoai

Excelentíssima Senhora Presidente

MARTA REGINA PREDEBON CARESIA

**Assunto: Encaminhamentos de Projetos de Leis**

Senhora Presidente,

Na oportunidade em que cumprimentamos Vossa Excelência, servimos do presente Ofício para apresentar Projetos de Lei do Executivo.

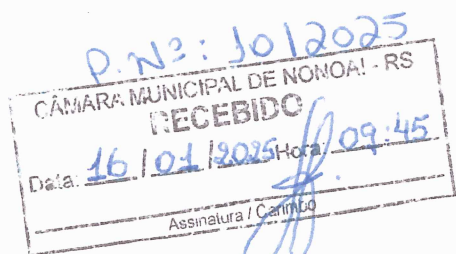
Solicitamos à inclusão do Projeto de Lei na pauta da sessão Ordinária dessa Casa, para apreciação.

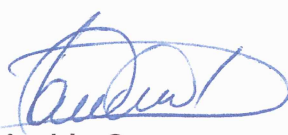
**Projeto de Lei 01/2025:** *Institui Programa de Recuperação de Créditos Fiscais Municipais (REFIS) e dá outras providências.*

**Projeto de Lei 02/2025:** *Revoga, Altera, Insere, e da nova redações à Leis Municipais, e da outras providências.*

**Projeto de Lei 05/2025:** *Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recursos financeiros através da assinatura de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NONOAI – APAE NONOAI e dá outras providências.*

Sem mais para o momento, despedimo-nos, enviando, renovando votos de estima e apreço.



  
**Ronivaldo Cassaro**  
OAB/RS 123.079-A



CÂM. MUN. DE VEREADORES DE NONOAI - RS

Prot. Rec. Nº: 22/2025

**PROTOCOLADO**

Em: 26/01/25, às: 08:45

João Vitor Pereira  
SECRETARIA

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 02 de 08 de janeiro de 2025.**

**Revoga, Altera, Insere, e da nova redações à Leis Municipais, e da outras providências.**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE NONOAI**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, envio para a apreciação o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Fica inserido o Art. 52-A, na Lei Municipal 2.452/2007, que dispõe sobre a instituição de turno único no Executivo Municipal por Decreto, que passará a contar com a seguinte redação:

**Art. 52-A.** O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, em caráter excepcional, temporário e devidamente justificado, instituir turno único contínuo de seis (6) horas diárias.

**Art. 2º** A alteração prevista no artigo 1º desta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de novembro de 2024.

**Art. 3º** Considerando que todas as informações já constam no Portal da Transparência, ficam revogadas as Leis Municipais 3.738/2024, 2.521/2009, 2.293/2005, 1.812/1998, 1.655/1995, 1.654/1995, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o Executivo Municipal enviar cópias dos documentos à Câmara Municipal.

**Art. 4º** Fica inserido o Parágrafo Único, no Art. 1º, da Lei Municipal 3.161/2016, com a seguinte redação:

**Art. 1º (...)**

**Parágrafo Único.** A presente lei não se aplica no caso de manutenção de servidor, que já esteja investido/nomeado no cargo, anterior a data da promulgação da lei, em 12/08/2016.

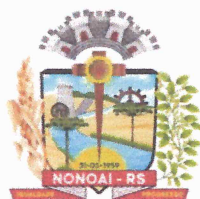
**Art. 5º** Altera a redação do Parágrafo 2º do Art. 1º da Lei Municipal nº 3.268/2018, que passará constar a seguinte redação:

**Art. 1º (...)**

**§ 1º (...)**

**§ 2º** - O prazo para concessão a que se refere o caput deste artigo será de 05 (cinco) anos, contados da data da assinatura com a respectiva Concessionária, podendo ser prorrogado por igual período, mediante Lei Autorizativa.





PREFEITURA

**NONOAI**

DESIGNADO 2021/2024

TRABALHO DE **RESULTADO** PARA SERVIR **VOCÊ**

**Art. 6º** Altera a redação do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.335/2006, que passará constar a seguinte redação:

**Art. 2º** São vedadas a contratação, aquisição de mercadorias e a manutenção de contrato de prestação de serviço, sem processo de licitação nas modalidades previstas na Lei 14.133/2021, com empresa que tenha entre seus diretores ou proprietários, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, dos agentes políticos referidos no art. 1º desta Lei.

**Art. 7º** Altera a redação do artigo 2º da Lei Municipal nº 3.763/2024, que passará constar a seguinte redação:

**Art. 2º** O valor do repasse será de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais), a a ser transferido após a assinatura e publicação do respectivo Termo de Fomento, de acordo com o Plano de Trabalho anexo ao presente.

**Art. 8º** A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE NONOAI,

08 de Janeiro de 2025.

**ADRIANE PERIN DE OLIVEIRA**  
PREFEITA MUNICIPAL

**APROVADO(A)**

**POR UNA ANIMIDADE 1 COM EMENDA**

Sala das Sessões: **21/01/25**

Presidente: **[assinatura]**

1º Secretário: **Antonio F. Patu**

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Vereadores:

Na oportunidade em que cumprimentamos Vossas Excelências, vimos por meio do presente apresentar o presente Projeto de Lei que visa adequar diversas leis do Executivo Municipal.

Tal como, a alteração que trata sobre a instituição de turno único no serviço público municipal, cujo tema sempre gerou divergência de entendimentos, se é possível ou não instituir o Turno Único por Decreto Municipal.

Com a presente Lei, fica expresso no Regime Jurídico dos Servidores (Lei 2.452/2007), a possibilidade do Executivo Municipal, instituir o turno único por Decreto Municipal, em caráter temporário e excepcional, com as devidas justificativas.

Outra alteração, trata sobre a Lei Municipal que obriga o Município enviar cópia de todos os atos à Câmara de Vereadores, sendo que todas as informações já estão disponíveis no Portal da Transparência.

A alteração na Lei 3.161, gera dúvida quanto a aplicabilidade, se possui efeitos anteriores a lei, ou somente a partir da promulgação da lei.

A alteração da Lei 3.268, versa sobre a autorização para permitir a nova concessão do Ginásio Municipal, conforme processo licitatório.

A alteração da Lei 2.335, visa adequar a Lei Municipal à Lei de Licitações.

Por fim, alteração da Lei 3.763, do Termo de Fomento com a APAE traz adequação da forma de repasse dos recursos, conforme consta no Plano de Trabalho.

Assim sendo, na certeza da análise favorável dos Senhores Vereadores, solicitamos a aprovação do presente Projeto de Lei.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, 08 de Janeiro de 2025.



**ADRIANE PERIN DE OLIVEIRA**  
PREFEITA MUNICIPAL





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NONOAI

**Assessoria jurídica**

**PARECER PRÉVIO AO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO DE Nº 02/2025.**

**“REVOGA, ALTERA, INSERE E DÁ NOVA REDAÇÕES À LEIS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Apresenta a Prefeita Municipal projeto de lei que visa, em um só projeto de lei, obter autorização legislativa para inserir, revogar, alterar legislações municipais que especifica na proposição legislativa.

A exposição de motivos refere que as proposições contidas na matéria em exame visa adequar diversas leis do Executivo Municipal.

No que diz com a inserção do art. 52-A na Lei Municipal nº 2.452/2007 que trata do Regime Jurídico dos Servidores Municipais, há que se tecer as seguintes considerações.

A matéria proposta nesta inserção se encontra no disposta no Título IV, que trata do Regime do Trabalho e no Capítulo I, que trata do Horário e do Ponto, cujo artigo 52 traz a seguinte redação:

*Art. 52. O Prefeito determinará, quando não estabelecido em lei ou regulamento, o horário de expediente das repartições.*

A possibilidade de instituir o turno único, contida no artigo pretendido ver inserido na Lei 2.452/2007, reside no caráter excepcional, do contrário, a instituição deverá se operar mediante lei ordinária.

Quanto as pretendidas revogações de normas em vigor (artigo 3º do projeto de lei ora em análise), é de se destacar que as Leis Municipais nºs 2.521/2009, 2.293/2005, 1.812/2005, 1.655/1995 e 1.654/1995 já se encontram revogadas pela Lei Municipal nº 3.738, de 18.02.2024.

Desta forma, pela melhor técnica legislativa, a matéria deve ser objeto de adequação através de emenda, a fim de constar que apenas Lei Municipal nº 3.738/2024 deva ser revogada, uma vez que as demais já se encontram fora do ordenamento jurídico municipal.

Quanto à inserção de Parágrafo único ao artigo 1º da Lei Municipal nº 3.161/2016 a qual dispõe sobre a vedação veda a nomeação e a contratação no serviço público do município de Nonoai de pessoas inelegíveis, nos termos da Lei Complementar federal nº 135, de 04 de junho de 2010, verifica-se que busca disciplinar a aplicação da norma.

A inserção comporta a situação de exclusão da aplicação da norma para servidor já investido/nomeado em cargo anterior à data da promulgação da lei, ou seja, 12/08/2016.





## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NONOAI

E a dúvida sobre efeitos anteriores quanto a aplicação da norma, como refere a exposição de motivos, se resolve pelo princípio de direito que a lei nova mais gravosa, não pode retroagir para regular fato pretérito, consoante disposição expressa contida no art. 5º, XL, da Constituição Federal.

Quanto à alteração do § 2º, do art. 1º, da Lei Municipal nº 3.268/2018, a qual autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar, mediante licitação, concessão de uso para exploração de copa, cozinha e quadra de esportes do Centro Esportivo Municipal Belarmino Pompeu da Silva de Nonoai, cuja redação atualmente é a seguinte:

*“§ 2º O prazo da concessão a que se refere o caput deste artigo será de 05 (cinco) anos, contados da data da assinatura do contrato com a respectiva Concessionária.”*

Para melhor compreensão, há a inserção da seguinte expressão ao texto do parágrafo pretendido ver alterado: “podendo ser prorrogado por igual período, mediante Lei Autorizativa.” Tratando-se, tão somente de prorrogação de prazo.

Quanto a alteração do art. 2º da Lei Municipal nº 2.335/2006, o qual, atualmente traz a seguinte redação:

*“Art. 2º São vedadas a contratação, aquisição de mercadorias e a manutenção de contrato de prestação de serviço com empresa que tenha entre seus diretores ou proprietários, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento ou dos agentes políticos referidos no art. 1º desta Lei.”*

A alteração legislativa consiste na inserção dos seguintes termos: “..., sem processo de licitação nas modalidades previstas na Lei 14.133/2021,”.

Por fim, quanto a alteração do art. 2º da Lei Municipal nº 3.763/2024 que dispõe sobre autorização para o Poder Executivo Municipal conceder auxílio financeiro e a firmar termo de fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nonoai APAE e dá outras providências.

A proposta legislativa, objetiva suprimir do texto vigente a expressão: “em doze parcelas mensais”, permanecendo inalteradas as demais disposições contidas no artigo que traz a seguinte redação.

*Art. 2º O valor do repasse será de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais), a ser transferido após a assinatura e publicação do respectivo Termo de Fomento, em doze parcelas mensais, de acordo com o Plano de Trabalho anexo ao presente.*







**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NONOAI**

As matérias apresentadas no presente projeto de lei encontram respaldo na Lei Orgânica Municipal, especificamente em relação ao tema proposto, no artigo 73, como se vê:

***Art. 65. Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal:***

***III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;***

Assim sendo, se encontrando o projeto de lei revestido de legalidade e constitucionalidade, incumbe à edilidade na sua função concorrente de feitura das leis manifestarem-se sobre o mérito da proposição.

É o parecer.

Nonoai, 16 de janeiro de 2025.

**Claudio Roberto Olivaes Linhares**  
assessor jurídico



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NONOAI**

**EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Nº 02/2025 – MODIFICATIVA**

CÂM. MUN. DE VEREDORES DE NONOAI - RS  
Prot. Rec. Nº: 24/2025  
**PROTOCOLADO**  
Em: 26/01/25, às: —:—:—  
Manoel Pereira  
SECRETARIA

Os vereadores abaixo assinados, integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, apresentam para deliberação do Plenário a seguinte **EMENDA**, a qual **MODIFICA** o **Artigo 3º do Projeto de Lei do Poder Executivo nº 02/2025**, que passará a vigor com a seguinte redação:

**Art. 3º** Fica revogada a Lei Municipal nº 3.738, de 20 de junho de 2024.

Câmara de Vereadores de Nonoai (RS), 16 de janeiro de 2025.

  
Ver. Paulo Rodrigues – Presidente

  
Ver. Jildo Nei de Borba – Relator

  
Ver. Paulo Roberto da Rosa – Revisor

**APROVADO (A)**

**POR UNANIMIDADE**

Sala das Sessões: 28/01/25

Presidente: Antonio L. Patil

1º Secretário: Antonio L. Patil





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NONOAI**

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 02/2025**

**1. RELATÓRIO**

O Poder Executivo Municipal propôs Projeto de Lei com o objetivo de alterar legislações municipais. Foi proposta Emenda Modificativa de autoria desta Comissão.

**2. VOTO**

Após análise, concluo que o Projeto de Lei, acompanhado da Emenda, atende aos ditames constitucionais, legais e jurídicos. Sendo assim, está apto para ser levado à apreciação do Plenário, órgão máximo de deliberação.

É o voto do Relator.

Câmara de Vereadores de Nonoai – RS, 16 de janeiro de 2025.

**Ver. Jildo Nei de Borba (PL) – Relator**

De acordo:

**Ver. Paulo Rodrigues (PP) – Presidente**

**Ver. Paulo Roberto da Rosa (PP) – Revisor**






ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NONOAI

ATA DA 2ª REUNIÃO DA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária  
Realizada em 16 de janeiro de 2025


Às dezessete horas do dia dezesseis de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Câmara Municipal de Vereadores de Nonoai, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Presentes os membros da CCJ: Vereador Paulo Rodrigues (PP) – Presidente; Vereador Jildo Nei de Borba (PL) – Relator; e Vereador Paulo Roberto da Rosa (PP) – Revisor. Registradas, também, as presenças da Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Marta Regina Predebon Caresia, e do Assessor Jurídico da Câmara Municipal, Claudio Roberto Olivaes Linhares. Foram submetidas à apreciação da Comissão, por encaminhamento da Presidência da Câmara Municipal, as seguintes proposições: **Projeto de Lei do Poder Executivo Municipal nº 001/2025**, o qual “Institui Programa de Recuperação de Créditos Fiscais Municipais (REFIS) e dá outras providências.”; **Projeto de Lei do Poder Executivo Municipal nº 002/2025**, o qual “Revoga, altera, insere e dá novas redações a Leis Municipais, e dá outras providências.”; **Projeto de Lei do Poder Executivo Municipal nº 005/2025**, o qual assim dispõe: “Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recursos financeiros através da assinatura de Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nonoai – APAE Nonoai, e dá outras providências.”; **Projeto de Lei do Poder Legislativo Municipal nº 002/2025** (de autoria da Mesa Diretora), o qual “Altera o *caput* e o inciso I do artigo 10 da Lei Municipal nº 3.167/2016, a qual ‘Dispõe sobre o pagamento de diárias concedidas a vereadores e servidores da Câmara Municipal de Nonoai.’”; e **Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2025** (de autoria da Mesa Diretora), o qual “Regulamenta o funcionamento do ‘Memorial Cidade de Nonoai’, instituído pelo Decreto Legislativo nº 001/2022, e dá outras providências.”. A Comissão, mediante orientação dada através de parecer jurídico, pela melhor técnica legislativa, apresentou **Emenda Modificativa ao artigo 3º do Projeto de Lei do Executivo Municipal nº 002/2025**. Após análise das matérias pela Comissão, assim se decidiu: **exarados PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ ÀS SEGUINTE PROPOSIÇÕES: PLE nº 001/2025, PLE nº 002/2025 e Emenda, PLE nº 005/2025, PLL nº 002/2025 e PDL nº 001/2025**, os quais foram considerados aptos a prosseguirem para apreciação em Plenário. Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça. Fim.



Ver. Paulo Rodrigues  
Presidente CCJ



Ver. Jildo Nei de Borba  
Relator CCJ



Ver. Paulo Roberto da Rosa  
Revisor CCJ





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NONOAI**

**PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E OBRAS PÚBLICAS**  
**PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 02/2025**

**1. RELATÓRIO**

O Poder Executivo Municipal propôs Projeto de Lei com o objetivo de alterar legislações municipais. Foi proposta Emenda Modificativa de autoria da Comissão de Constituição e Justiça.

**2. VOTO**

Após análise, concluo que o Projeto de Lei, acompanhado da Emenda, atende aos ditames financeiros. Sendo assim, está apto para ser levado à apreciação do Plenário, órgão máximo de deliberação.

É o voto da Relatora

Câmara de Vereadores de Nonoai – RS, 16 de janeiro de 2025.

**Ver<sup>a</sup>. Luciana Zanovello (PP) – Relatora**

De acordo:

**Ver<sup>a</sup>. Marcele Casia Cazarotto (PDT) – Revisora**






ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NONOAI

ATA DA 1ª REUNIÃO DA  
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E OBRAS PÚBLICAS  
17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária  
Realizada em 16 de janeiro de 2025

Às dezessete horas e cinquenta minutos do dia dezesseis de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Câmara Municipal de Vereadores de Nonoai, reuniram-se os membros indicados para integrar a Comissão de Finanças, Orçamento e Obras Públicas (CFOOP). Presentes: Vereadora Luciana Zanovello (PP) e Vereadora Marcele Casia Cazarotto (PDT). Ausente o Vereador Carlos Gosch (PL). Conforme disposições regimentais, decidiu-se acerca dos cargos na Comissão, sendo que ficaram assim definidos: **Presidente:** Vereador Carlos Gosch (PL); **Relatora:** Vereadora Luciana Zanovello (PP); e **Revisora:** Vereadora Marcele Casia Cazarotto (PDT). Após, foram submetidas à apreciação da Comissão, por encaminhamento da Presidência da Câmara Municipal, as seguintes proposições: **Projeto de Lei do Poder Executivo Municipal nº 001/2025**, o qual “Institui Programa de Recuperação de Créditos Fiscais Municipais (REFIS) e dá outras providências.”; **Projeto de Lei do Poder Executivo Municipal nº 002/2025**, o qual “Revoga, altera, insere e dá novas redações a Leis Municipais, e dá outras providências.”; **Emenda Modificativa ao artigo 3º do Projeto de Lei do Executivo Municipal nº 002/2025**, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça; **Projeto de Lei do Poder Executivo Municipal nº 005/2025**, o qual assim dispõe: “Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recursos financeiros através da assinatura de Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nonoai – APAE Nonoai, e dá outras providências.”; **Projeto de Lei do Poder Legislativo Municipal nº 002/2025** (de autoria da Mesa Diretora), o qual “Altera o *caput* e o inciso I do artigo 10 da Lei Municipal nº 3.167/2016, que ‘Dispõe sobre o pagamento de diárias concedidas a vereadores e servidores da Câmara Municipal de Nonoai.’”; **Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2025** (de autoria da Mesa Diretora), o qual “Regulamenta o funcionamento do ‘Memorial Cidade de Nonoai’, instituído pelo Decreto Legislativo nº 001/2022, e dá outras providências.”. Após a análise das matérias pela Comissão de Finanças, Orçamento e Obras Públicas, assim se decidiu: **EXARADOS PARECERES FAVORÁVEIS DA CFOOP ÀS SEGUINTE PROPOSIÇÕES: PLE nº 001/2025, PLE nº 002/2025 e Emenda, PLE nº 005/2025, PLL nº 002/2025 e PDL nº 001/2025**, as quais foram consideradas aptas a prosseguirem para apreciação em Plenário. Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Obras Públicas que participaram desta reunião. Fim.

  
Ver<sup>a</sup>. Luciana Zanovello  
Relatora CFOOP

  
Ver<sup>a</sup>. Marcele Casia Cazarotto  
Revisora CFOOP





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NONOAI

Doc. nº: 1212025

OFÍCIO Nº 005/2025/CMV

Nonoai, 24 de janeiro de 2025.

A Sua Excelência a Senhora  
Prefeita Municipal Adriane Perin de Oliveira  
Prefeitura Municipal  
99.600-000 Nonoai. RS

Assunto: **Encaminhamento de matérias deliberadas na 2ª Sessão Ordinária de 2025, realizada em 21/01/2025.**

Senhora Prefeita,

1. Na oportunidade em que cumprimentamos Vossa Excelência, vimos, pelo presente, encaminhar, anexas, matérias deliberadas na 2ª Sessão Ordinária do corrente ano, realizada em 21/01/2025, conforme abaixo relacionamos:
2. - **Projeto de Lei do Poder Executivo Municipal nº 001/2025** (Ementa: “Institui Programa de Recuperação de Créditos Fiscais Municipais (REFIS) e dá outras providências.”), aprovado por unanimidade;
3. - **Projeto de Lei do Poder Executivo Municipal nº 002/2025** (Ementa: “Revoga, altera, insere e dá novas redações à Leis Municipais, e dá outras providências.”), aprovado por unanimidade, COM EMENDA;
4. - **Projeto de Lei do Poder Executivo Municipal nº 005/2025** (Ementa: “Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recursos financeiros através da assinatura de Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nonoai – APAE NONOAI, e dá outras providências.”), aprovado por unanimidade;
5. - **Projeto de Lei do Poder Legislativo Municipal nº 002/2025** (Ementa: “Altera o *caput* e o Inciso I do Parágrafo 1º do Artigo 10 da Lei Municipal nº 3.167/2016, a qual ‘Dispõe sobre o pagamento de diárias concedidas a vereadores e servidores da Câmara Municipal de Nonoai.’”), aprovado por unanimidade;
6. - **Indicações de números: 006/2025 a 013/2025.**

Recebido  
24-01-25  
Suzana M. Santos



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NONOAI**

7. Sendo o que se apresentava para o momento, renovando protestos de distinta consideração e apreço, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

**MARTA REGINA PREDEBON CARESIA**  
**Presidente**

**LEI MUNICIPAL Nº 3.768, de 27 de janeiro de 2025.**

*Revoga, Altera, Insere, e da nova redações à Leis Municipais, e da outras providências.*

A **PREFEITA MUNICIPAL DE NONOAI**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **faço saber**, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica inserido o Art. 52-A, na Lei Municipal 2.452/2007, que dispõe sobre a instituição de turno único no Executivo Municipal por Decreto, que passará a contar com a seguinte redação:

**Art. 52-A.** O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, em caráter excepcional, temporário e devidamente justificado, instituir turno único contínuo de seis (6) horas diárias.

**Art. 2º** A alteração prevista no artigo 1º desta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de novembro de 2024.

**Art. 3º** Fica revogada a Lei Municipal nº3.738, de 20 de junho de 2024.

**Art. 4º** Fica inserido o Parágrafo Único, no Art. 1º, da Lei Municipal 3.161/2016, com a seguinte redação:

**Art. 1º (...)**

**Parágrafo Único.** A presente lei não se aplica no caso de manutenção de servidor, que já esteja investido/nomeado no cargo, anterior a data da promulgação da lei, em 12/08/2016.

**Art. 5º** Altera a redação do Parágrafo 2º do Art. 1º da Lei Municipal nº 3.268/2018, que passará constar a seguinte redação:

**Art. 1º (...)**

**§ 1º (...)**





**§ 2º** - O prazo para concessão a que se refere o caput deste artigo será de 05 (cinco) anos, contados da data da assinatura com a respectiva Concessionária, podendo ser prorrogado por igual período, mediante Lei Autorizativa.

**Art. 6º** Altera a redação do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.335/2006, que passará constar a seguinte redação:

**Art. 2º** São vedadas a contratação, aquisição de mercadorias e a manutenção de contrato de prestação de serviço, sem processo de licitação nas modalidades previstas na Lei 14.133/2021, com empresa que tenha entre seus diretores ou proprietários, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, dos agentes políticos referidos no art. 1º desta Lei.

**Art. 7º** Altera a redação do artigo 2º da Lei Municipal nº 3.763/2024, que passará constar a seguinte redação:

**Art. 2º** O valor do repasse será de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais), a a ser transferido após a assinatura e publicação do respectivo Termo de Fomento, de acordo com o Plano de Trabalho anexo ao presente.

**Art.8º** A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE NONOAI,  
27 de Janeiro de 2025.

ADRIANE PERIN DE OLIVEIRA:02697992901  
2901  
Assinado de forma digital  
por ADRIANE PERIN DE  
OLIVEIRA:02697992901  
Dados: 2025.01.27  
10:17:40 -03'00'

**ADRIANE PERIN DE OLIVEIRA**  
PREFEITA MUNICIPAL

